

ABRIL VERDE - NÃO É SÓ UM CAMPANHA. É UM GRITO POR VIDA, DIGNIDADE E RESPEITO!

## ASSÉDIO NO POLO PETROQUÍMICO

*Se você está sendo assediado/a, denuncie logo ao SINDIPOLO. Seu nome será protegido e preservado. Seja você é trabalhador/a contratado/a diretamente pelas empresas do Polo ou por empresas terceirizadas, não aceite o assédio! Não fique em silêncio! Isso faz mal para você e para a coletividade dos trabalhadores/as.*

### O QUE DIZ A NOVA REDAÇÃO DA NR-01

A NR-1 determina que as empresas avaliem e gerenciem os riscos psicossociais, incluindo o assédio moral e sexual, como parte do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). A norma prioriza a saúde mental, exigindo canais de denúncia, capa-citação constante e ações de prevenção ao assédio.

A NR-1 atua em conjunto com a NR-5, que agora é a CIPA+A (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio), responsável por acompanhar e supervisionar essas ações.

A norma também obriga a inclusão desses fatores no Plano de Ação da empresa, com o objetivo de prevenir o adoecimento mental dos trabalhadores.

### SITUAÇÃO NA INNOVA

Há algum tempo, persistia um assediador na INNOVA, situação sobre a qual o SINDIPOLO vinha cobrando providências da empresa em reuniões e denunciando, nos informativos EM DIA, as graves e inadmissíveis agressões e humilhações sofridas por diversos trabalhadores. No passado, foi possível construir um entendimento entre a direção da empresa e o Sindicato para a resolução desse problema, que afeta diretamente o ambiente de trabalho e a saúde mental dos trabalhadores.

Agora, passados alguns anos, infelizmente surgiu um novo caso de assédio. O SINDIPOLO voltou a denunciar e cobrar providências da gestão da INNOVA, em reuniões com os gestores, exigindo uma solução para esse gravíssimo problema, que vinha

causando mal-estar e adoecimento no ambiente de trabalho. Além do assédio, o referido chefe humilhava e perseguia trabalhadores e trabalhadoras.

Desta vez, houve empenho e coragem dos trabalhadores ao registrarem ocorrência no Canal de Denúncias (0800) da INNOVA. Essa atitude foi fundamental para fortalecer as denúncias feitas pelo SINDIPOLO sobre os assédios recorrentes na empresa. Novamente, a gestão tomou medidas para conter definitivamente esse assediador.

O SINDIPOLO reitera que toda e qualquer forma de assédio não pode ser tolerada: deve ser denunciada e combatida.

O Sindicato não defende a demissão como primeira medida, mas sim que as pessoas que cometem esse tipo de prática sejam tratadas, orientadas e requalificadas, com todas as condições necessárias para mudar de conduta e deixar de assediar seus colegas de trabalho.

No entanto, quando todas as medidas são adotadas e o comportamento persiste, não resta alternativa senão o afastamento dessa pessoa do ambiente de trabalho.

Espera-se que a gestão da INNOVA seja mais ágil na solução desses problemas e adote medidas efetivas para evitar novos casos de assédio no ambiente laboral. Também é fundamental que a pessoa que venha a ocupar o cargo seja profissionalmente preparada e não repita os erros do seu antecessor.

Os trabalhadores e trabalhadoras devem ser tratados com respeito, educação e empatia, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e harmonioso.



A NR-1 reforça que é obrigação das empresas avaliar e gerenciar os riscos psicossociais, incluindo o assédio moral e sexual, como parte do PGR, priorizando a saúde mental e a prevenção.

### DIREITO NÃO SE PEDE, SE GARANTE NA LUTA!

O SINDIPOLO entende que a nova redação da NR-1 pode trazer avanços importantes para a saúde e segurança das trabalhadoras e trabalhadores petroquímicos. Mas, para isso:

- É fundamental fiscalizar a aplicação da norma nas empresas.
- Os trabalhadores devem denunciar qualquer forma de assédio.
- O Sindicato precisa participar ativamente dos programas de prevenção
- A NR-1 precisa sair do papel e se tornar realidade no chão de fábrica

Os números crescentes de assédio mostram que não se trata de casos isolados, mas de um modelo de organização do trabalho que adocece.

**Combater o assédio é uma questão de saúde, de dignidade e de vida.**

**SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO****NR-1 AMPLIA COMBATE AO ASSÉDIO E IMPÕE NOVAS RESPONSABILIDADES ÀS EMPRESAS**

Na terça-feira, dia 7 de abril, o SINDIPOLO sediou um importante encontro para debater “Os riscos psicossociais do trabalho e a NR-1: o que os trabalhadores podem esperar?”. O debate antecede o prazo para que a nova redação da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) passe a valer — 26 de maio de 2026 — quando a fiscalização passa a ter caráter punitivo.

O SINDIPOLO vem, há tempos, rompendo essa barreira com as empresas e conseguindo tratar a questão do assédio:

- Na **Arlanxeo ESBR**, já está agendada uma segunda reunião para o dia 8/4;
- Na **Innova**, já houve reunião;
- Na **Braskem e Oxiteno**, o Sindicato irá agendar encontros em breve, antes da entrada em vigor da Norma.

A atualização da NR-1, que passa a ter efeitos mais rígidos a partir de 2026,

traz uma mudança profunda na forma como o assédio moral é tratado nas relações de trabalho e nas CIPAAs, mesmo sem a devida participação dos sindicatos no processo. Pela primeira vez, os chamados riscos psicossociais — como **pressão abusiva, metas inalcançáveis, sobrecarga e práticas de humilhação** — passam a ser reconhecidos formalmente como riscos ocupacionais, obrigando as empresas a preveni-los e enfrentá-los de forma estruturada.

**ASSÉDIO DISPARA NO BRASIL**

Dados do Tribunal Superior do Trabalho mostram que, somente em 2025, a Justiça do Trabalho recebeu **142.828** novos processos por assédio moral — um crescimento de **22%** em relação ao ano anterior. No mesmo período, os casos de **assédio sexual aumentaram 40%**, evidenciando um ambiente de trabalho cada vez mais adoecido.

Além disso, em cinco anos, o Judiciário trabalhista acumulou mais de **450 mil ações envolvendo assédio moral**, o que reforça que o problema não é pontual, mas estrutural nas relações de trabalho no país.

**COM A NR-1, ASSÉDIO DEIXA DE SER “PROBLEMA INTERNO”**

Com a nova redação da NR-1, o assédio moral deixa de ser tratado apenas como uma questão de gestão ou comportamento e passa a integrar o **Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO)**, incluindo **PGR**, inventário de riscos e plano de ação que, até hoje, muitas empresas afirmam ter, mas raramente apresentam de forma transparente.

Na prática, isso significa que:

- As empresas devem **identificar, mapear e prevenir** situações de assédio;
- Será necessário **comprovar ações concretas** (não apenas políticas no papel);
- Casos de **adocimento mental, afastamentos e denúncias** passam a ser indicadores de risco;
- A **omissão pode gerar multas**, autuações e fortalecer ações trabalhistas contra as empresas.

Ou seja, o sofrimento psíquico dos trabalhadores passa a ser reconhecido como parte da saúde ocupacional.

Para a classe trabalhadora, essa mudança abre um novo campo de luta: fortalece a denúncia de práticas abusivas com respaldo técnico e legal, amplia a exigência por ambientes de trabalho saudáveis e vincula o assédio a doenças ocupacionais, como ansiedade, depressão e burnout.

**NO POLO PETROQUÍMICO, OS IMPACTOS SÃO AINDA MAIS GRAVES**

No setor petroquímico, o debate ganha contornos ainda mais graves. Trata-se de um ambiente marcado por:

- **Alta exigência produtiva;**
- **Pressão constante por metas;**
- **Jornadas intensas e operações contínuas;**
- **Ambientes de alto risco;**
- **Forte presença de terceirização e desigualdade nas condições de trabalho.**

Esse cenário coloca trabalhadores e trabalhadoras sob risco permanente — físico e mental.

A expectativa com a NR-1 é que práticas como cobranças excessivas, pressão psicológica constante, assédio disfarçado de “gestão por desempenho” e invisibilização do adoecimento mental passem a ser reconhecidas como riscos ocupacio-



nais reais, obrigando as empresas — contratantes e contratadas — a rever profundamente seus modelos de gestão.

**CIPA+A GANHA PAPEL CENTRAL NA LUTA CONTRA O ASSÉDIO**

A CIPA, agora CIPA+A (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio), passa a ter papel central no combate ao assédio, atuando na prevenção, conscientização e promoção de um ambiente de trabalho seguro e respeitoso.

As novas regras da **Lei 14.457/2022** tornam obrigatória a inclusão do tema nas atividades da comissão, além de reforçar o acolhimento de denúncias e a criação de regras claras dentro das empresas.

# PLR É UM DIREITO DOS TRABALHADORES E TEM QUE SER PAGA



A **Participação nos Lucros e Resultados (PLR)** é uma conquista histórica da classe trabalhadora, garantida em lei (**Lei nº 10.101/2000**) e reforçada por acordos coletivos. Não se trata de “benefício” ou “generosidade” das empresas, mas de **um direito construído com luta e negociação**, que reconhece o esforço e a contribuição direta dos trabalhadores na geração dos resultados.

Além disso, de acordo com a legislação, **o pagamento deve ocorrer até o final do mês de abril**. Ou seja, não há justificativa para a demora — e muito menos para a falta de transparência com que algumas empresas do Polo vêm tratando a questão da PLR.

Este é um tema que sempre é acompanhado de perto pelo SINDIPOLO, desde a escolha da Comissão de PLR — cuja lei também garante a participação dos trabalhadores —, passando pelas reuniões de definição de metas e outros

parâmetros, até o pagamento final.

Algumas empresas já cumpriram ou anunciaram o pagamento da PLR:

- **Innova:** pagamento realizado na segunda quinzena de fevereiro;
- **Arlanxeo:** pagamento previsto para 17 de abril;
- **Oxiteno:** pagamento previsto para o final de abril;
- **Braskem:** ainda não se manifestou sobre o pagamento.

## BRASKEM: SILÊNCIO E DESRESPEITO COM OS TRABALHADORES

Como visto, a **Braskem segue sem sequer anunciar a data de pagamento da PLR**. Mesmo após a divulgação do balanço financeiro, em 27 de março de 2026, a empresa mantém silêncio absoluto, **gerando insegurança e indignação entre os trabalhadores e trabalhadoras**.

É importante lembrar que a PLR 2026 se refere ao resultado de 2025. Os trabalhadores já fizeram a sua parte, garantindo a produção e os resultados da empresa. Além disso, **existe um Acordo Coletivo de PLR vigente**, que prevê, inclusive, o pagamento mínimo de **50%**, mesmo em cenários adversos.

Portanto, **a Braskem deve definir imediatamente a data — já que o prazo vai até o final de abril — e efetivar o pagamento da PLR aos seus trabalhadores e trabalhadoras**.

## DIREITO NÃO É FAVOR!

A PLR é um direito e deve ser respeitada. Tratar a PLR como um “extra” ou algo condicionado exclusivamente à vontade das empresas é inaceitável e precisa ser combatido.

No setor petroquímico, onde a exigência é alta, os riscos são permanentes e a responsabilidade é enorme, esse reconhecimento é mais do que justo — é necessário. O SINDIPOLO reitera que os trabalhadores exigem respeito e o pagamento imediato da PLR. **A categoria não aceita falta de transparência, atrasos injustificados e, principalmente, desrespeito aos acordos firmados**.

A pergunta que segue no ar é: quando a Braskem vai pagar a PLR? Quem produz a riqueza e garante a produção tem direito de participar dela.

**Os trabalhadores e trabalhadoras já fizeram a sua parte — agora é a vez da empresa reconhecer e valorizar esse esforço, efetuando o pagamento o quanto antes!**

## EM DEFESA DA DEMOCRACIA: SINDIPOLO PRESENTE NA I CONFERÊNCIA ANTIFASCISTA E PELA SOBERANIA DOS POVOS

O SINDIPOLO esteve representado, entre os dias **26 e 29 de março**, em Porto Alegre, na **I Conferência Antifascista e pela Soberania dos Povos**. O encontro reuniu **milhares de ativistas de mais de 40 países dos cinco continentes**, consolidando um espaço de unidade na diversidade para fortalecer a resistência global contra o avanço da extrema direita, do fascismo e das políticas imperialistas.

Ao final do encontro, que teve diversas atividades descentralizadas, lembrando o Fórum Social Mundial, foi elaborada e aprovada a **“Carta de Porto Alegre”**, documento que expressa a preocupação com o atual cenário internacional, marcado por crises econômicas, sociais e ambientais. Segundo o texto, o sistema capitalista vive uma fase de decadência, cuja resposta tem sido o fortalecimento de projetos autoritários, a imposição de políticas neoliberais e o aumento das agressões militares contra países e povos que resistem.

O documento destaca ainda, que, em

diferentes partes do mundo, crescem **mobilizações populares em defesa da democracia e dos direitos sociais**, como Argentina, Reino Unido e nos EUA. Os movimentos apontam para uma resistência internacional em curso.

A Carta também destaca que embora o avanço da extrema direita assuma características específicas em cada país, há elementos comuns: **retirada de direitos trabalhistas**, ataques às liberdades democráticas, privatizações, **desmonte dos serviços públicos, criminalização de movimentos sociais e sindicais**, além do crescimento do racismo, da xenofobia, do machismo e da LGBTQIA+fobia.

Por fim, a Carta reforça a necessidade de construção de uma ampla unidade internacional entre movimentos sociais, **sindicatos**, organizações populares e **forças políticas comprometidas com a defesa da classe trabalhadora**, dos direitos humanos e da



soberania dos povos. Aponta como caminhos a defesa da ampliação da democracia com participação popular, a **valorização do mundo do trabalho**, o enfrentamento à crise climática e a realização da reforma agrária como estratégia para garantir soberania alimentar.

Além destas importantes questões, a Carta também reafirmou a solidariedade a diversos povos e países, como Cuba, Palestina, Haiti, Venezuela, Irã e Saara Ocidental.

## 7 DE ABRIL: DIA MUNDIAL DA SAÚDE REFORÇA A IMPORTÂNCIA DO SUS PARA A VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

Celebrado em 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde é uma data que vai muito além de lembrar a importância de ir ao médico. No Brasil, ela também é um momento fundamental para defender e valorizar o Sistema Único de Saúde (SUS), uma das maiores políticas públicas de saúde do mundo e essencial para milhões de trabalhadores/as.

Criado a partir da Constituição de 1988, o SUS garante acesso universal, gratuito e integral à saúde para toda a população. Hoje, mais de 190 milhões de brasileiros dependem exclusivamente do sistema, que realiza desde atendimentos básicos até procedimentos de alta complexidade.

**O QUE DE FATO É O SUS** - Um dos maiores erros é reduzir o SUS apenas a hospitais e consultas médicas. Na prática, o sistema está presente no cotidiano da população de diversas formas:

- ✓ Campanhas de vacinação em massa (como gripe, COVID-19 e outras doenças);
- ✓ Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- ✓ Serviços de urgência e emergência, como o SAMU;
- ✓ Vigilância sanitária e epidemiológica;
- ✓ Distribuição de medicamentos gratuitos;
- ✓ Atendimento em saúde mental (CAPS);



- ✓ Pré-natal, parto e acompanhamento infantil;
- ✓ Ações de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Ou seja, o SUS não atua só quando a doença aparece — ele está presente na prevenção, no cuidado contínuo e na proteção coletiva.

**DIMENSÃO DO SUS** - Os números mostram a dimensão e a importância do SUS:

- ✓ Realiza bilhões de atendimentos por ano;
- ✓ É responsável por mais de 90% das vacinas aplicadas no país;
- ✓ Coordena o maior programa público de transplantes do mundo;
- ✓ Atende cerca de 75% da população brasileira exclusivamente;
- ✓ Está presente em todos os municípios do país. Durante a pandemia de COVID-19, por

exemplo, ficou evidente que sem o SUS o Brasil teria enfrentado uma tragédia ainda maior.

**SAÚDE É UM DIREITO, NÃO UM PRIVILÉGIO** - Para a classe trabalhadora, o SUS representa uma garantia de dignidade. Em um cenário de desemprego, informalidade e baixos salários, depender de planos privados é inviável para a maioria da população. Além disso, o SUS é fundamental também para trabalhadores formais, já que atua na vigilância de ambientes de trabalho, fiscaliza riscos à saúde, desenvolve políticas de saúde do trabalhador e atende acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Apesar de sua importância, o SUS enfrenta desafios constantes, como o subfinanciamento, tentativas de privatização e precarização dos serviços.

Por isso, o Dia Mundial da Saúde também é um chamado aos trabalhadores/as para a defesa do SUS. Essa é uma luta em defesa da vida, da garantia de acesso à saúde para todos e não apenas para quem pode pagar, e por melhores condições de trabalho para quem cuida da população.

Em um país desigual como o Brasil, o SUS é uma das principais ferramentas de justiça social. Saúde é um direito, não um privilégio.

## SINDIPOLO PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE FEMINICÍDIOS NA REFAP

Dirigentes do SINDIPOLO participaram, dia 31/3, do seminário realizado pelo Sindipetro-RS, em conjunto com a Refap que abordou "O Papel dos Homens no Luta pelo fim da Violência". A atividade integrou a campanha de março do sindicato dos petroleiros "Desperte! O feminicídio não acontece de repente".

O encontro, que teve como palestrante o cantor da banda Nenhum de Nós e Coordenador do Comitê do "HeforShe" no RS, Thedy Côrrea, promoveu um diálogo direto com os homens, reforçando que o enfrentamento à violência contra as mulheres exige o compromisso e a participação dos homens.

A atividade reuniu centenas de petroleiros diretos e terceirizados, além de entidades convidadas que representam metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, petroquímicos, entre outros.

Durante o Seminário foram apresentados dados sobre a violência contra a mulher, abordado o ciclo da violência, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento ao Feminicídio e proposta uma reflexão sobre a necessidade de desconstrução do machismo estrutural, promovendo o envolvimento dos homens no combate a todas as formas de violência.

Nas falas, foi lembrado que os casos de violência seguem acontecendo e as empresas, assim como os sindicatos e todas as instituições devem atuar com acolhimento, prevenção e desenvolver programas



internos de formação e conscientização.

De fato, até o dia do Seminário, o RS computava 25 feminicídios desde 1º de janeiro de 2026. Mas deste então, mais uma mulher foi morta, elevando o número para 26 somente este ano. As estatísticas também mostram que 95% dos casos acontecem dentro de casa, onde elas deveriam se sentir seguras, e na maioria são cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Thedy apresentou o movimento "HeforShe", da ONU Mulher, que trabalha a conscientização dos homens em relação a violência contra as mulheres. Segundo ele, os homens precisam ser aliados nesta luta que é coletiva. "É preciso olhar com responsabilidade para as mulheres que fazem parte da nossa vida", frisou.

Para ele, que apresentou o ciclo da violência, um dos pontos a ser destacado é o reconhecimento de um erro histórico que tem sido falar somente com as mulheres. "É preciso falar com os homens e entre os homens".

Mais uma vez ficou claro que combater a violência contra as mulheres e os feminicídios é tarefa diária de cada um e cada uma. Lembrando que agora, "em briga de marido e mulher, é preciso sim, meter a colher". Isso pode salvar uma vida.

**Some nesta luta. BASTA DE FEMINICÍDIOS!**